

SABIÁS DO LESTE MARANHENSE: UM CANTO DE DENÚNCIA

Luana Martins de Araujo¹
Cristiane dos Santos Silva²

RESUMO

Este estudo trata sobre a temática “SABIÁS DO LESTE MARANHENSE: UM CANTO DE DENÚNCIA”, consistindo em um recorte do trabalho de conclusão de curso, que tem o objetivo de analisar as concepções sobre a Gestão da Educação Municipal, desvelando o perfil da gestão a partir dos princípios da democracia, participação e autonomia. Para este estudo, a metodologia, concentra-se na abordagem qualitativa, com base nas pesquisas bibliográfica e de campo, utilizando como instrumentos o roteiro de entrevista semiestruturada e um questionário sócio demográfico aplicado com 05 (cinco) ex-gestores municipais de educação da região leste do maranhão. Os resultados foram selecionados e organizados para análise das narrativas dos sujeitos da pesquisa em diálogo com os teóricos. As informações da pesquisa revelam um discurso aparentemente inovador que se materializa em uma prática retrograda na gestão educacional, permeado por discurso e prática opostos às concepções e ao perfil do Gestor Municipal de Educação, com indícios da manutenção e fortalecimento de uma realidade autocrática, disfarçada pelo discurso democrático.

Palavras-chave: Concepção. Gestão. Democracia. Autonomia.

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho aborda sobre a temática, “Sabiás do Leste Maranhense: Um Canto de Denúncia”. De modo específico, evidencia-se o interesse com este artigo na perspectiva de contribuir para estudos e pesquisas sobre essa temática relevante e significativa no atual contexto educacional.

O ensejo de pesquisar sobre o tema originou-se de inquietações e reflexões decorridas de experiências e leituras tendo como suporte as teorias que contribuem para um discurso e prática em gestão da educação municipal numa perspectiva (trans) formadora que possibilite a construção de uma educação formadora de homens e mulheres sujeitos do seu contexto social.

Com esse enfoque, elaborou-se a problemática: Quais as concepções que revelam o perfil da Gestão da Educação Municipal com democracia, participação e autonomia? E

¹ Especialista em Ensino de Matemática pelo IFPI, professora do Instituto Federal de Educação do Maranhão – IFMA, luana.martins@ifma.edu.br

² Pós-Graduanda em Informática na Educação pelo IFMA; Pedagoga pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA/MA, cristiane.1844@email.com;

como objetivo geral: analisar as concepções sobre Gestão da Educação Municipal, desvelando o perfil de gestão, tendo como parâmetro os princípios da democracia, participação e autonomia. E com objetivos específicos: identificar as concepções sobre Gestão da Educação Municipal; conhecer o perfil dos Ex-Secretários Municipais de Educação do leste maranhense, tendo como parâmetro os princípios da democracia, participação e autonomia em gestão; identificar fatores que indicam a negação de políticas públicas voltadas para a efetivação da Gestão da Educação Municipal com base nos princípios da democracia, participação e autonomia.

Para fundamentar os diálogos constantes neste trabalho adotou-se como referenciais teóricos os estudos de Ferreira (1999), Paro (2016), os dispositivos legais que tratam sobre a meta 19 (dezenove) no Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014; e 20 (vinte) no Plano Estadual de Educação – PEE, Lei nº 10.099 de 11 de junho de 2014 dentre outros estudiosos que contribuem sobre o tema em questão, e conseqüentemente as dificuldades decorrentes da falta de autonomia e democracia, dentre outros problemas do cotidiano da gestão municipal no sistema público de ensino.

Desta forma, este estudo foi estruturado tendo como pressuposto metodológico a abordagem da pesquisa qualitativa, quanto aos procedimentos metodológicos pressupõe a utilização da pesquisa bibliográfica e de campo. Aliado a esses procedimentos utilizou-se a abordagem biográfica priorizando a análise das narrativas no que se refere às vozes dos ex- gestores municipais de educação ao qual centra-se nas trajetórias, percursos e experiências. Os teóricos que fundamentaram os procedimentos metodológicos foram Richardson (2015), Gil (2014), Souza (2014), Delory-Momberger (2012).

A tarefa da educação nesse prisma é principalmente fortalecer os valores que possam humanizar nossas relações na construção de uma educação (trans)formadora. Isto posto, é necessário contar com a participação de gestores educacionais capazes de inovar, autônomos, de buscar a sustentabilidade, enfrentar e superar as mudanças do mundo contemporâneo.

Os resultados parciais obtidos revelam um discurso aparentemente inovador que se materializa em uma prática retrograda na gestão educacional, permeado por discurso e prática opostos às concepções e ao perfil do Gestor Municipal de Educação definidos neste trabalho, com indícios da manutenção e fortalecimento de uma realidade autocrática, disfarçada pelo discurso democrático.

METODOLOGIA

Inicialmente é importante destacar que o título em epígrafe faz referência aos discursos dos sujeitos da pesquisa realizada no leste maranhense, sendo uma metáfora para ilustrar os sabores e dessabores da gestão municipal da educação, denominados de sabiás, pois conforme o livro de Gonçalves Dias, intitulado “Primeiros Cantos”. Acredita-se que este estudo é apenas um prenúncio em relação a tantos outros trabalhos que ensejam compartilhar sobre a temática.

A produção deste trabalho conforme expõe a imagem 01, recorre um percurso metodológico contemplando a corrente filosófica fenomenológica, partindo para uma abordagem qualitativa, utilizou-se como procedimentos metodológicos os pressupostos da pesquisa exploratória, descritiva, bibliográfica e de campo, quanto a análise dos resultados usou-se a pesquisa biográfica com a técnica de análise das narrativas.

Imagem 01: Percurso Metodológico.



Fonte: elaborado pela autora.

Os procedimentos metodológicos deste estudo teve como referência uma abordagem qualitativa porque, desvincula-se dos critérios positivistas de validade dos dados, voltando-se para o aprofundamento da compreensão de um fenômeno social, do seu universo de significados, da subjetividade que envolve os sujeitos, algo que não pode ser quantificado. (RICHARDSON, 2015).

No que tange ao alcance dos objetivos realizou-se as pesquisas exploratória e descritiva, utilizando-se a pesquisa exploratória tendo em vista a necessidade de haver maior familiaridade com o problema, na perspectiva de torná-lo mais explícito. A utilização da pesquisa descritiva justifica-se por não haver interferência do pesquisador no processo de investigação ou na análise dos diálogos, ou seja, conforme estabelece Gil (2014, p. 84) visa descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos.

Dessa forma, no que concerne aos procedimentos metodológicos adotou-se as pesquisas bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica, pressupõe a seleção de aportes teóricos que dialogam sobre o tema em epígrafe, pois de acordo com Gil (2014, p. 50):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Os resultados foram analisados em diálogo com os teóricos valendo-se da abordagem da pesquisa biográfica como escolha teórico-metodológica de condução deste estudo, pois Souza (2014) evidencia o entrelaçamento das relações intrínsecas entre o indivíduo, na sua singularidade, com o biográfico e as experiências que são construídas ao longo da vida. Partindo desse enfoque, Delory-Momberger (2012) afirma que,

Alimentada por uma ampla tradição hermenêutica e fenomenológica, a pesquisa biográfica estabelece uma reflexão sobre o agir e o pensar humano mediante figuras orientadas e articuladas no tempo que organizam e constroem a experiência segundo a lógica de uma razão narrativa. De acordo com essa lógica, o indivíduo humano vive cada instante de sua vida como o momento de uma história: história de um instante, história de uma hora, de uma vida. (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 525)

Os sujeitos desta pesquisa foram apresentados, por meio de termos fictícios para resguardá-los de represálias e por questões éticas pertinentes as pesquisas científicas, com assinatura prévia de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE (Apêndice II). Para concretização da pesquisa foram destaques 05 (cinco) municípios do leste maranhense, neste trabalho denominados de “Terra das Palmeiras” com seus respectivos 05 (cinco) Ex- gestores (as) Municipais de Educação, utilizando os seguintes cognomes para citar os sujeitos: Sabiá I, Sabiá II”, Sabiá III, Sabiá IV e Sabiá V, conforme imagem 02 que dispõe sobre o mapa do contexto empírico:

Imagem 02: mapa do contexto empírico



Fonte: elaborado pela autora.

Diante do exposto, é importante destacar que os termos fictícios utilizados para referir-se aos municípios e sujeitos da pesquisa têm como referência o poema “Canção do Exílio” do renomado poeta maranhense Gonçalves Dias, conhecido por seus ideais nacionalistas, ao qual exalta o Maranhão na perspectiva da fauna e flora, que antigamente era caracterizado pela presença de sabiás e o número exorbitante de palmeiras do babaçu, enaltecendo sua terra natal localizada no leste maranhense.

Diante do exposto, foi realizado a análise das narrativas em categorias, a citar Categoria I: Concepção sobre Gestão Educacional; Categoria II: Negação de Autonomia; Categoria III: Dificuldades, Impedimentos e Desafios; Categoria IV: Mecanismos de Participação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do exposto, foi realizada a análise das narrativas em categorias, a citar Categoria I: Concepção sobre Gestão Educacional; Categoria II: Negação de Autonomia; e Categoria III: Dificuldades, Impedimentos e Desafios.

Categoria I: Concepção sobre Gestão Educacional

A política pública direcionada à gestão educacional fundamentada nas teses neoliberais chega às instituições educativas, utilizando-se das mais variadas estratégias burocráticas. Os diálogos supracitados contemplam as concepções e perfil sobre gestão escolar ampliando para gestão municipal da educação. Dialogando com Ferreira (2008), concorda-se que a gestão municipal da educação é um espaço de conflitos onde convivem interesses diversos, deste modo, há uma diferença entre compartilhar a gestão e democratizar a gestão. Para compartilhar a gestão não é preciso explicar a situação precária em que se encontra a escola pública, nem tampouco identificar os responsáveis e os determinantes desta realidade.

A gestão educacional, na concepção de Ferreira (2001) relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprindo sua função, desempenhando seu papel. Nessa perspectiva, evidencia-se as vozes dos Ex-Gestores Educacional Municipal,

“para se fazer uma gestão educacional é necessário conhecer o campo no qual vai atuar procurar priorizar as necessidades essenciais: - dialogo permanente com toda a equipe; - buscar aplicar o máximo de recursos; - priorizar formação continuada de acordo com as necessidades; - sensibilizar

o gestor público para aplicação dos recursos.” (Sabiá I)

“Complexa, considerando os contextos, desde lidar com os recursos humanos, até aplicabilidade dos recursos financeiros.” (Sabiá II)

“A gestão municipal tem um papel de atender as necessidades básicas de uma sociedade em processo de renovação e em busca pela democracia e isto só será possível se todos tiverem acesso às informações e os meios necessários para sua cidadania. O gestor deve ter compromisso com a qualidade da educação e as transformações sociais.” (Sabiá III)

“Gestão Educacional Democrática participativa e com autonomia, base para o sucesso e efetivação dos objetivos educacionais, tendo como pilar os meios e as condições básicas para obtenção dos fins da educação”. (Sabiá IV)

A primeira categoria de análise que consiste é sobre a concepção de gestão educacional democrática, ao qual a voz de Sabiá I, indica que a gestão é orientada, principalmente, pelos princípios democráticos, associados ao compartilhamento de responsabilidades no processo de tomada de decisões entre os diversos níveis e segmentos de autoridade do sistema de ensino, verificados, também na voz do Sabiá IV:

“seria o ato de gerir a educação municipal pautado nas necessidades da comunidade oferecendo subsídios para autonomia e incentivando-os a participar nos processos inerentes da gestão municipal da educação.” (Sabiá V)

Entretanto, converge com Lück (2011) quando afirma que a aproximação entre tomada de decisão e ação não apenas garante a maior adequação das decisões e efetividade das ações correspondentes, como também é condição de formação dos sujeitos em seu destino e maturidade social.

Partindo desse pressuposto, enfatiza-se a importância de uma gestão compartilhada que exerce influências sobre a gestão democrática. Sendo necessário o exercício da coliderança, isto é, uma gestão pautada em decisões tomadas em equipe visando o compromisso de todos sobre os resultados da educação, envolvendo toda comunidade. Para que essa prática venha a funcionar é primordial que todos os envolvidos assumam e compartilhem as suas responsabilidades em todas as áreas de atuação da escola. (LÜCK, 2011).

Enfatiza-se sobre a necessidade de haver uma gestão baseada na participação e envolvimento de todos que compõem o processo educativo com a realização de ações que caracterizem uma gestão democrática, participativa e com autonomia, identificou-se na voz de Sabiá II mecanismos de participação, a citar “incentivar e proporcionar meios de participação tais como: audiência Pública, Fóruns e Conselhos diversos, além da criação de espaços para discussão e análise compartilhada das prioridades pertinentes a educação municipal”.

Nesse contexto, observa-se que os processos de globalização da economia e a democratização das Tecnologias de Informação e Comunicação -TICs, provocam discussões e

novas concepções sobre gestão, pois estão associados aos princípios que fundamentam as mudanças conservadoras e autoritárias e o modo de pensar e refletir a sociedade e a gestão democrática. As formas burocráticas de gestão educacional na atualidade devem ser contestados com a concepção de uma gestão participativa que pode ser mudada dentro da educação, criando novas possibilidades de trabalho, possibilitando a participação dos sujeitos da comunidade escolar para efetivar na prática a discutida gestão democrática.

Ferreira (2001) afirma que “A gestão do sistema municipal de educação requer um enfoque que implique trabalhar decisões a respeito do rumo e futuro e se fundamenta na finalidade da escola e nos limites e possibilidades da situação presente”.

Categoria II: Negação de Autonomia

Com a negação de autonomia, os gestores educacionais municipais se frustram, afirmando que,

“Eu convivía com uma realidade crucial, o que dificultava o desenvolvimento dos trabalhos e prejudicando na qualidade.” (Sabiá I)

“Uma situação angustiante por sentir-se imóvel diante da tomada de decisões a cerca dos problemas educacionais.” (Sabiá II)

“Sentimento de impotência no gerenciamento do contexto educacional”.
(Sabiá III)

Concorda-se com Ferreira (2001) ao afirmar que os princípios da educação que a gestão deve assegurar ser cumprido, deve ser necessariamente uma educação comprometida com a “sabedoria” de viver junto respeitando as diferenças, comprometida, sobretudo, coma a construção de uma sociedade ainda mais humana e justa para todos os indivíduos que nela estão inseridos. A razão de ser da gestão educacional municipal deve fundamentar-se, portanto na garantia de qualidade do processo de formação humana possibilitando aos sujeitos do processo educativo a oportunidade de crescer e hominizar-se.

A tomada de decisões materializa-se através da autonomia, observando que “não existe uma autonomia decretada. O que se pode decretar são as normas e as regras formais que regulam a partilha de poderes e a distribuição de competências entre os diferentes níveis de administração”.

Categoria III: Dificuldades, Impedimentos e Desafios

Na categoria de análise das dificuldades, impedimentos e desafios enfrentados para efetivar uma gestão educacional pautada nos princípios da autonomia e democracia,

“Burocracia na aplicabilidade dos recursos humanos, até aplicabilidade dos recursos financeiros; a implementação de trabalhos coletivos; Implementação da educação continuada e permanente de todos os trabalhos da educação”. (Sabiá I)

“Política partidária, influenciando nas decisões pertinentes da educação; falta de priorização educacional por parte do prefeito; submissão ao chefe imediato”. (Sabiá II)

“As maiores dificuldades é autonomia de gestão em especial os recursos financeiros que são centralizados nos CNPJ das prefeituras – falta de sensibilidade e conhecimento dos gestores públicos”. (Sabiá III)

“Dificuldades: Falta de preparo e experiência de alguns membros da equipe; recursos necessários; morosidade das ações em vários setores. Impedimentos: Excesso de burocracia, intervenções político partidária, não ter autonomia para administrar os recursos financeiros da educação. Desafios: Formação continuada para todos que integram a educação municipal; Autonomia em todas as dimensões, inclusive para selecionar a equipe de trabalho da secretaria com a qualificação inerente ao cargo; Planejamento, execução e avaliação, acompanhamento das atividades da educação no tempo previsto; Agilidade nos processos licitatórios; Profissionais habilitados e comprometidos na execução das ações e com as mudanças necessárias na educação; Educação, como prioridade; Impedir as intervenções negativas político partidárias na educação”. (Sabiá IV)

Nessa prerrogativa e considerando as práticas autoritárias e hierárquicas, tais dificuldades, desafios e impedimentos divergem do perfil traçado para o gestor municipal da educação na perspectiva da efetivação da meta e suas estratégias PNE/PEE, ou seja: ausência do critério de mérito, contemplando a formação, sem experiência em docência, inexistência de processo seletivo e pertencer ao quadro docente efetivo.

As formas burocráticas de gestão educacional na atualidade devem ser contestadas com a concepção de uma gestão participativa que pode ser mudada no contexto educacional, criando novas possibilidades de trabalho, possibilitando a participação dos sujeitos da comunidade escolar para efetivar na prática a discutida gestão democrática.

Convergindo com esse pensamento, o PNE (BRASIL, 2014) propõe a organização, ampliação da formação de colegiados e a participação da comunidade escolar na implementação de projetos pedagógicos, currículos, planos de gestão e regimentos escolares. O que confirma as concepções sobre gestão de autores como: Ferreira (2008); Lück (2000); que defendem eleição direta para gestores compreendidos de forma isolada, encontram dificuldades para modificar a cultura autoritária. A construção da gestão democrática passa pela corroboração e da participação dos Fóruns, Conferências de Educação, Conselhos Escolares, e Grêmios Estudantis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelam que as concepções e o perfil dos gestores investigados deve conciliar-se com a qualificação técnica requerendo, sobretudo, o domínio dos fundamentos da educação, das concepções acerca dos princípios da democracia, participação e autonomia, além

dos processos de gestão de uma organização, tanto em nível macro quanto micro.

Considerando as práticas autoritárias e hierárquicas, tais dificuldades, desafios e impedimentos divergem do perfil traçado para o gestor municipal da educação na perspectiva da efetivação da meta e suas estratégias PNE/PEE. Diante dessa prerrogativa, identificou-se nas vozes dos 05 (cinco) sabiás que os setores que mais se apropriaram da sua gestão foi o financeiro e o administrativo, setores que impediam a efetivação da autonomia dos recursos.

Sobretudo, a gestão educacional precisa utilizar os princípios da democracia como instrumento para modificar o processo educativo em uma prática social voltada para a construção de cidadania. Ressignificação da gestão da educação municipal é compreendê-la a partir das determinações hodiernas de uma realidade planetária que exige a formação, portanto de uma nova educação pautada na construção democrática de uma sociedade solidária, é fortalecer seu estatuto teórico e prático de conteúdos em função da qualidade educacional e da felicidade humana atendendo as demandas do atual cenário social.

Portanto, identificou-se um discurso aparentemente inovador que se materializa em uma prática retrograda termos idênticos para conceitos opostos são instrumentos de manutenção e fortalecimento de uma realidade autocrática, disfarçada pelo discurso democrático. Constata-se que a comunidade continua na passividade, sob a falácia da participação, os colocam no palco, porém com atitudes de expectadores submetidos, somente, a aplaudir aqueles dominam.

Portanto, a gestão democrática acontece quando possibilita a participação da ação pública coletiva na implementação do projeto pedagógico da instituição educativa, com o objetivo de formar seres humanos competentes e críticos, norteado pelas mudanças das estruturas de poder autoritário que perpetua na sociedade e no contexto educacional e que ainda atrapalham o desenvolvimento das atividades e a construção de uma educação de qualidade.

Contudo, a gestão democrática e participativa é parte integrante para atingir os objetivos educacionais, mesmo compreendido e incorporado na legislação educacional, ainda não foi implementado efetivamente na definição de política pública da educação que possa reverter às formas arcaicas e tradicionais de pensar e agir em gestão de sistemas e unidades escolares. Em síntese, a luta em defesa da gestão democrática participativa passa pela mudança de concepções e perfil frente à educação, exigindo uma gestão municipal a nível de Secretaria de Educação com autonomia, pois não se concebe gestão municipal da educação democrática sem autonomia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Lei nº 13005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 04 de setembro de 2019.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>. Acesso em: 04 de setembro de 2019.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p.523-536, set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n51/02.pdf>>. Acesso em: 04 de setembro de 2019.

FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Formação continuada e gestão da educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Naura S. Carapeto. **Gestão democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.